



## Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas

### QUADRO SÍNTESE DE AUDIÊNCIA

ENTIDADE	DEPUTADOS PRESENTES	DATA DA AUDIÊNCIA	CONTATOS
Confederação Portuguesa das Micro, Pequenas e Médias Empresas (CPPME) <ul style="list-style-type: none"><li>➤ Jorge Pisco (Presidente da Direção)</li><li>➤ José Ligeiro (Vice-Presidente)</li><li>➤ Afonso Luz (Vice-Presidente)</li><li>➤ Rogério Pereira (Diretor Executivo)</li><li>➤ José Brinquete (Secretário-Geral)</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Fernando Virgílio Macedo (Vice-Presidente)</li><li>➤ Joel Sá (PSD)</li><li>➤ Helga Correia (PSD)</li><li>➤ Fátima Ramos (PSD)</li><li>➤ Carlos Pereira (PS)</li><li>➤ Heitor de Sousa (BE)</li><li>➤ Duarte Alves (PCP)</li><li>➤ Bruno Dias (PCP)</li></ul>	8 de janeiro de 2019 <a href="#">Gravada</a>	
Exposição de Motivos	Questões colocadas pelos Deputados		
<ul style="list-style-type: none"><li>➤ O Presidente da Direção da CPPME fez uma <a href="#">intervenção inicial</a> na qual abordou as preocupações e as propostas dos micro, pequenos e médios empresários.</li><li>➤ Congratulou-se com o facto de o Orçamento do Estado para 2019 ter contemplado algumas das reclamações da CPPME, nomeadamente o fim do pagamento especial por conta; a eliminação da coleta mínima no IRC simplificado; o reconhecimento do “justo impedimento” para os micro, pequenos e médios empresários contabilistas certificados; a eliminação do aumento de tributação autónoma sobre viaturas de empresários em nome individual, bem como sobre viaturas de MPME; o alargamento do prazo de entrega do modelo 10 do IRS; e a notificação por parte da Autoridade Tributária aos contribuintes através do Portal das Finanças, deixando as empresas de ter a obrigação de aderir ao Via CTT.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ <b>Deputado Joel Sá (PSD)</b> – após cumprimentar os representantes da CPPME, referiu que alguns dos temas abordados não eram da competência desta Comissão e expressou concordância com algumas das propostas apresentadas, tendo discordado de outras. Reconheceu o valor das PME e a importância do setor para a economia portuguesa e o emprego e considerou importante todo o apoio que possa ser dado a estas empresas. Reiterou que, apesar de o PSD não estar no Governo, apoiava algumas das propostas apresentadas pela CPPME e concluiu afirmando que já várias vezes tinha tido oportunidade de debater o assunto com a CPPME em reuniões no âmbito do seu grupo parlamentar.</li><li>➤ <b>Deputado Carlos Pereira (PS)</b> – cumprimentou os representantes da CPPME e afirmou que parecia mais ou menos evidente que o PS tinha demonstrado ao longo dos últimos anos que tem um carinho especial pelas MPME, pela</li></ul>		

## Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas

- Deu também conta das medidas defendidas pela CPPME que se encontram sem resposta, tendo destacado em particular a descida das taxas de IVA, a revogação do regime de arrendamento urbano, a redução do IVA, a revisão do preço do gasóleo profissional, a criação de uma conta corrente entre o Estado e as empresas e a necessidade de uma reforma fiscal.
- Fez também referência ao facto de as MPME estarem praticamente arredadas do acesso aos fundos comunitários, no âmbito do Portugal 2020 e reiterou a necessidade de se fazer um balanço rigoroso da execução deste programa.
- No que toca às opções para a “Estratégia Portugal 2030”, reclamou a apresentação de propostas sérias e objetivas, que partam da realidade nacional, sem subterfúgios ou manipulações, direcionadas para o sistema produtivo nacional, que promovam políticas que garantam a sustentabilidade das MPME.
- Concluiu, defendendo a necessidade de defender o enraizamento que as MPME têm nas áreas urbanas e rurais; de gestão e ordenamento do território no que toca às unidades económicas para travar a monopolização pela grande dimensão; de resolver a questão do arrendamento comercial e travar os despejos; de revitalizar e modernizar o setor do táxi; e proteger o setor têxtil, tendo dado conta da existência de dezenas de unidades têxteis, no Norte do País, na iminência de encerrar, do facto de mais de uma dezena de empresas ter já fechado, sendo o setor da confeção de vestuário o mais afetado, pela sua profunda dependência económica dos grupos multinacionais; e de travar o abuso da dependência económica dos reboques e oficinas de reparação em relação às companhias de seguros.

importância que têm no tecido económico português, por criarem grande parte do emprego nacional e pelo investimento privado que representam. Realçou que era também neste setor que estava uma fatia significativa das exportações e considerou essencial que continuassem a existir este tipo de entidades. Frisou ainda o reconhecimento de um conjunto de medidas que já tinham sido tomadas em anteriores orçamentos do Estado e que algumas das 20 medidas propostas já estavam contempladas no Orçamento do Estado para 2019. Afirmou que o seu grupo parlamentar gostaria de incluir mais medidas, mas acreditava que a CPPME compreendia que não era possível fazer tudo ao mesmo tempo. Referiu ainda que havia questões a que o PS tem estado atento, nomeadamente à execução do PT2020, no âmbito da qual afirmou haver um crescimento significativo de projetos, que, acredita, são da responsabilidade de muitas das PME do país, e às perspetivas para o PT2030, onde seria importante introduzir alterações no sentido de facilitar a vida aos pequenos e médios empresários, e concluiu reiterando ser indiscutível o contributo que o setor tem dado para a economia.

- **Deputado Heitor de Sousa (BE)** – após cumprimentar os representantes da CPPME e agradecer a documentação entregue, realçou as propostas, que considerou poderem ser aplicadas a toda a economia e não apenas às MPME, como a redução do IVA da eletricidade para 6%, que deveria ser aplicado tanto às empresas como aos particulares. Questionou sobre o ponto de situação de alguns dos temas que não foram resolvidos, como o apoio social aos empresários em caso de encerramento da atividade das suas empresas.
- **Deputado Bruno Dias (PCP)** – cumprimentou os representantes da CPPME e reiterou a importância que as MPME têm para o país e realçando a atuação do seu grupo parlamentar de apresentação de propostas que beneficiam este tipo de empresas. Abordou a questão do ficheiro SAF-T, o Decreto-Lei n.º 87/2018 e a obrigatoriedade de todos os agentes passivos enviarem à



## Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas

	<p>Autoridade Tributária desse ficheiro, o que, de uma forma cruzada com a faturação eletrónica, permite uma centralização avassaladora quanto à informação da atividade das empresas. Fazendo referência à Resolução da Assembleia da República n.º 42/2018, sobre o programa de ação para a desburocratização e apoio às MPME, questionou se alguma das medidas aí previstas tinha sido posta em prática. Questionou também sobre o acesso aos fundos comunitários e a assimetria na complexidade do acesso por parte das MPME. Quanto à situação da área da confeção de vestuário, em especial na região de Braga, quis saber se se estava perante uma situação de dependência económica e posição dominante de grupos internacionais (v.g. Grupo Inditex), se se tratava de uma situação localizada ou mais transversal e, neste âmbito, registou o apelo da CPPME para a realização de uma visita ao setor naquela região. No que tocava à formação em exercício nas atividades tradicionais nas MPME, quis saber se havia informação e elementos de prática e concretização dessa matéria. Abordou também a questão da revisão legal de contas e do papel dos revisores oficiais de contas nas MPME e questionou se a alteração, que resultou da aprovação de uma proposta do PCP para o Orçamento do Estado para 2018, tinha sido efetivada ou não. Finalmente, referiu a questão da energia e do mercado regulado versus mercado liberalizado, tendo considerado que era no mercado regulado que as principais alterações para a diminuição da fatura energética tinham sido conseguidas e quis saber que abordagem havia quanto ao regresso ao mercado regulado.</p>
<b>O que pretendem ver regulamentado</b>	
<p>➤ As pretensões da CPPME consta de vários <a href="#">documentos</a>, disponíveis na página da audiência.</p>	



## Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas

### Respostas às questões dos Deputados:

- O Vice-Presidente da CPPME começou por afirmar que as questões fiscais, apesar de não serem da competência desta Comissão, são transversais e afetam muito a vida económica das empresas. Afirmou também que uma das questões mais prementes que se tem colocado tem a ver com o papel da banca, uma vez que a maior parte das MPME não tem acesso ao crédito ou, se o tem, é com garantias desajustadas e com taxas de juro muito elevadas. Referiu que a Caixa Geral de Depósitos chega a encabeçar a lista dos bancos que mais penalizam as MPME, no que toca a comissões e taxas cobradas. Outra questão é a do arrendamento não habitacional, muito preocupante nas grandes áreas metropolitanas, que tem levado ao encerramento de muitas empresas, por não conseguirem assumir novas rendas com valores despropositados.
- Reafirmou que havia áreas em que não se tinha avançado nada, nomeadamente no apoio social ao empresário, e que a legislação das MPME estava muito centralizada e que, neste caso, o IAPMEI podia ter um papel importante. Referiu também que as MPME tinham muita dificuldade em fazer face às questões relacionadas com contabilidade e ficavam na mão da autoridade tributária.
- O Secretário-Geral da CPME afirmou compreender que a fiscalidade tinha sua sede, mas era impossível tratar da economia sem abordar essa vertente. Lembrou que o pedido de audiência tinha como finalidade o orçamento do Estado e que, apesar de nesta legislatura já não ser aprovado mais nenhum orçamento de Estado, havia medidas que os Deputados podiam adotar até ao fim da Legislatura e não representavam custos, como, por exemplo, a conta corrente entre Estado e empresas; ou a compilação da legislação, pois um microempresário não tem condições para estar preparado para responder a todas as questões que se lhe colocam, com a vantagem de que isso permitiria identificar mais facilmente a legislação que precisava de ser melhorada.
- Alertou para o facto de a densidade das grandes superfícies ser tal que estavam a ocupar o espaço todo e este não é um problema da economia, porque se as cidades deixarem de ter serviços e todos forem para os centros comerciais na periferia as cidades tornam-se perigosas e inseguras.
- Abordou também a questão do SIMPLEX, lembrou que, aquando da preparação do SIMPLEX, a CPPME reuniu com a Secretária de Estado, apresentou 8 medidas, 15 dias antes de o SIMPLEX ser anunciado. Na apresentação do SIMPLEX, das 340 medidas que contém não consta nenhuma das apresentadas pela CPPME. Considerou que o SIMPLEX não era para a economia portuguesa, era sobretudo direcionado para modernização de sistemas operativos, dos ministérios. Informou também que tinham feito o levantamento de cerca de 105 formalidades necessárias para abrir um restaurante e todas implicavam um pagamento. Concluíram que era preciso haver consciência de que o SIMPLEX não simplificou a economia.
- Referiu o programa Start Up, para afirmar que a grande maioria do programa se traduzia no financiamento por 12 meses a um jovem que tem uma ideia e ao fim desse tempo o Governo não se preocupa mais com ele. Pode vir a ter outra ideia e ter financiamento por mais 12 meses, mas isto não é economia, não é criar empregos.
- Quanto ao Plano Nacional de Reformas, defendeu a necessidade da sua reapreciação, uma vez que não foi direcionado para a economia. Referiu que a



## Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas

---

Autoridade Tributária e Aduaneira e o INE afirmam que existem 1 100 000 empresas e, dessas, um milhão são MPME, e que Portugal tem cerca de 20 a 25 000 empresas que exportam. Então, há mais de um milhão que não exporta. Questionou então qual a situação das restantes, para reiterar a necessidade de as políticas serem direcionadas para quem faz a economia em Portugal.

- O Presidente da CPPME informou que até ao momento ainda não tinham conseguido reunir com o IAPMEI. Quanto aos grupos parlamentares, prosseguiu, tinham tido reuniões com todos. No entanto, da parte do Governo tem havido manifesto esquecimento da CPPME, tinham solicitado uma reunião com o Primeiro-Ministro, que nunca os recebeu e foram direcionados para o Ministro e o Secretário de Estado, com quem reuniram, conjuntamente com o IAPMEI, de forma muito breve.
- Quanto à situação de dependência do setor têxtil, informou que a questão não se colocava apenas quanto ao Grupo Inditex, e que o Grupo Pocagil, a Polopiquet e a F. Modas deslocalizaram a sua produção para Marrocos. A este propósito deu também conta de várias empresas que fecharam nos últimos meses.
- No que tocava ao PT2020, expressou discordância em relação à opinião favorável que o Governo tem transmitido. Os apoios não têm sido para as MPME, as grandes empresas têm criado subsidiárias para obter os apoios. Realçou ainda o peso da burocracia nesta área.
- Finalmente, o Secretário-Geral da CPPME informou que faria chegar à Comissão a resposta da Segurança Social sobre a aplicação da lei do apoio social. Referiu que se registaram cerca 7000 pedidos em 2018, 200 dos quais foram atendidos e, ainda em relação a esses, podia haver confusão quanto à atribuição de subsídio de desemprego aos recibos verdes, que tinham esse direito.

Deputado Fernando Virgílio Macedo  
Vice-Presidente da Comissão